

05 MAI 1990

CNBB condena as precárias condições do ensino público

INDAIATUBA, SP — Baixa qualidade de ensino, péssimas condições de trabalho e salário e escassez de recursos para as escolas públicas são as principais características hoje do sistema educacional brasileiro, segundo documento divulgado pelos Bispos reunidos na 28ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encerrada ontem após dez dias de reunião.

Com o título "Educação no Brasil: uma urgência", o documento sintetiza o pensamento do episcopado sobre o tema, alertando que a situação enfrentada hoje na área de educação somente poderá ser superada com uma mudança radical de mentalidade:

"Só assumindo rigorosamente profundas reformas, entre as quais a da educação, o Brasil encontrará cami-

nhos válidos para consolidar um processo de democratização política orientado ao pleno desenvolvimento humano e à superação da calamitosa situação global do País e de seu povo", diz o documento.

Os Bispos defendem o aumento do número de escolas públicas, a melhoria da qualidade de ensino e o acesso das escolas comunitárias, concessionais e filantrópicas aos recursos públicos.

Em relação aos estabelecimentos educacionais administrados pela Igreja, os Bispos defendem a obtenção de recursos públicos, "para que eles possam abrir-se aos alunos pobres, hoje parcialmente excluídos".

O documento contém as idéias principais de um texto maior que será enviado às bases da Igreja para discussão e reflexão. Daqui a dois

anos, o texto voltará a ser apresentado na assembléia da CNBB que se realizará em Itaici.

● **PLANO** — O Secretário Geral da CNBB, Dom Celso Queiroz, elogiou ontem as medidas econômicas, afirmando que o Presidente Fernando Collor teve um gesto de coragem ao combater de frente a inflação e evitar que isso "só pesasse sobre os ombros dos mais pobres". Ele alertou, entretanto, para os riscos de o plano aumentar o desemprego e reduzir salários: "O salário-mínimo já está valendo 25% menos do que valia quando foi decretado há 50 anos". O Presidente interino da CNBB, Dom Paulo Pontes, disse que uma das lacunas do Plano foi não ter incluído a reforma agrária como uma das dívidas sociais a serem resgatadas.